

EMBATES E DISPUTAS EM TORNO DAS JORNADAS DE JUNHO

GILBERTO CALIL*

RESUMO

Em junho de 2013 ocorreram as maiores manifestações populares da história recente do Brasil, reunindo vários milhões de manifestantes, de diferentes estratos sociais e nas mais variadas regiões do país. O caráter pluriclassista, a diversidade de reivindicações e o fato de que a maior parte dos manifestantes não tinha nenhuma experiência política anterior propiciaram uma intensa disputa em torno dos rumos das mobilizações, podendo-se identificar ao menos três posições principais: a) a oposição de esquerda; b) a oposição conservadora em suas diferentes frações; c) os defensores do governo Dilma Roussef. A mídia corporativa oscilou entre a segunda e a terceira posição, sempre buscando diminuir o significado social dos protestos e apresentar as manifestações essencialmente como “anti-corrupção”. O objetivo deste artigo é propor uma reflexão acerca do significado histórico destas mobilizações e a forma como os diferentes agentes sociais nela incidiram, bem como os desafios, embates e possibilidades colocados no cenário aberto com estas manifestações.

PALAVRAS-CHAVE: jornadas de junho, lutas sociais, resistências, história imediata.

ABSTRACT

Last 2013' June we had the chance to experience the biggest popular demonstrations of the recent history of Brazil, gathering several million people from different social strata and in various regions of the country. The pluri-classist character, the claim diversity and the fact that most of the demonstrators had no previous political experience caused an intensive dispute around the mobilization courses, being possible to identify at least three main positions: a) the left-wing opposition; b) the conservative opposition in its different fractions; c) the Dilma Rousseff government supporters. The corporate media has oscillated by the second and third position, in order to underestimate the social significance of the protests and present the demonstrations essentially as “anti-corruption”. This article aims to propose a reflection about the historical significance of these mobilizations and the way in which the different social agents affected it, as well as challenges, conflicts and possibilities placed in the open scenario with these manifestations.

KEYWORDS: june days, social struggles, resistance, immediate history.

Introdução

O processo político brasileiro nos últimos vinte anos foi marcado em grande medida pela despolitização e apatia, em meio ao avanço de medidas econômicas neoliberais e retrocessos sociais. Em termos estritamente institucionais, constituiu-se neste período forte polarização em torno de dois grupos políticos principais, capitaneados respectivamente pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e pelo PT (Partido dos Trabalhadores), os quais a despeito de disputas acirradas no terreno da pequena política,¹ situam-se claramente no campo da ordem e atuam no sentido da afirmação do projeto neoliberal, a despeito de algumas diferenças pontuais. Os dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foram marcados por um vasto programa de privatizações, pela retirada de direitos sociais (em particular através da “Reforma da Previdência”) e por uma política econômica nitidamente dirigida a atender os interesses do capital financeiro, ao mesmo tempo em garantia algum apoio social através de programas assistencialistas.²

A eleição de Luis Inácio Lula da Silva despertou expectativa de transformações para grande parte da classe trabalhadora brasileira, tendo em vista a trajetória histórica do Partido dos Trabalhadores. No entanto, no decorrer da década de 1990, o PT *transformou-se* profundamente, abdicando inteiramente da perspectiva de independência de classe que marcou sua trajetória na década anterior.³ Ao mesmo tempo, a Central Única dos Trabalhadores, dirigida por sindicalistas vinculados ao PT, assumiu a perspectiva da colaboração de classes e renunciou ao sindicalismo classista e combativo. O compromisso explícito de Lula da Silva com o capital financeiro e o pagamento integral dos juros da dívida pública, ainda no contexto da campanha eleitoral, anunciava a continuidade da política econômica de corte neoliberal, o que

confirmou-se inteiramente ao longo de seus dois mandatos na presidência da República, a despeito da ampliação dos programas assistencialistas e das políticas compensatórias.⁴ Ao mesmo tempo, a continuidade das contra-reformas neoliberais e a cumplicidade das frações majoritárias do movimento sindical vinculado à CUT e ao PT determinavam um profundo refluxo no movimento social.

No terreno sindical, a constituição da Coordenação Nacional de Lutas – Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas) e da Intersindical recolocaram a perspectiva de organização classista da classe trabalhadora. Em termos de organização partidária, uma dissidência pela esquerda no PT deu origem à formação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), constituindo em conjunto com o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) um campo de oposição de esquerda aos governos petistas. Ainda assim, tanto no terreno sindical como no partidário/institucional, o crescimento das resistências dava-se em ritmo claramente inferior aos ataques perpetuados contra os direitos sociais. Até recentemente, as lutas de resistência empreendidas pela esquerda não lograram constituir um amplo movimento de mobilizações que colocasse em questão a hegemonia burguesa e a polarização eleitoral entre as forças da ordem (PSDB e PT e seus respectivos aliados). As políticas assistencialistas empreendidas pelos governos petistas reforçam a subalternização das classes populares mas ainda assim propiciam um apoio eleitoral expressivo. Desta forma, Lula da Silva encerrou seu segundo mandato com expressiva popularidade e apoio de importantes contingentes da classe trabalhadora brasileira, para o que pesa fortemente a comparação com os governos do PSDB - supostamente “*mais neoliberais*” e com políticas assistencialistas ainda mais limitadas.

O atual governo de Dilma Rousseff transcorre em contexto mais desfavorável, o que se deve a diversos fatores: a progressiva

internalização dos efeitos da crise econômica capitalista mundial; a completa falta de carisma da presidenta e seu perfil tecnocrático; a maior repercussão das críticas provenientes da esquerda às suas políticas privatistas (em especial através dos leilões dos campos de petróleo do pré-sal e das concessões de aeroportos públicos);⁵ e o impacto dos escândalos de corrupção nas obras vinculadas à realização da Copa do Mundo em 2014. Ainda assim, às vésperas das “jornadas de junho” nada parecia indicar a iminência de uma onda de mobilizações populares de grande magnitude.

Jornadas de junho: passe livre e luta por direitos

As *Jornadas de junho* tiveram início com várias mobilizações convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL)⁶ na cidade de São Paulo, em oposição ao reajuste da passagem de transporte urbano. O Movimento Passe Livre há vários anos está organizado em inúmeras cidades brasileiras, tendo como objetivo programático a defesa do passe livre e da estatização do transporte coletivo, e como instrumento imediato de lutas a convocação de mobilizações em oposição aos reajustes no preço das tarifas. Nos últimos anos, o MPL comandou importantes manifestações em várias capitais brasileiras (como Florianópolis, Recife, Salvador e Vitória), mantendo-se, no entanto, sempre um caráter local destas manifestações.

Em junho de 2013, as manifestações ocorridas em São Paulo superaram esta barreira, dando origem a um movimento que rapidamente se espalhou por todo o país. Entre 6 e 12 de junho, realizaram-se três protestos em São Paulo, com participação crescente, enfrentando a repressão policial e o silêncio da grande mídia. A convocação do “Quarto Grande Protesto”, para o dia 14/6 foi recebida com violentos editoriais dos dois principais jornais de São Paulo. A *Folha*

de São Paulo expressava em seu editorial a total desqualificação das mobilizações:

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 --abaixo da inflação, é útil assinalar-- não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados. Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista.⁷

O Editorial claramente defendia a restrição ao direito de manifestação, exigindo o uso da força para a “liberação do trânsito”:

O direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de ir e vir --menos ainda quando o primeiro é reclamado por poucos milhares de manifestantes e a segunda é negada a milhões. É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista, em cujas imediações estão sete grandes hospitais. Não basta, porém, exigir que organizadores informem à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), 30 dias antes, o local da manifestação. A depender de horário e número previsto de participantes, o poder público deveria vetar as potencialmente mais perturbadoras e indicar locais alternativos.⁸

Em termos muito semelhantes, também *O Estado de São Paulo* buscava desqualificar as mobilizações e seus promotores, sugerindo objetivos excusos, ao mesmo tempo em que exigia uma repressão implacável:

No terceiro dia de protesto contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos, os baderneiros que o promovem ultrapassaram, ontem, todos os limites e, daqui para a frente, ou as autoridades determinam que a polícia aja com maior rigor do que vem fazendo ou a capital paulista ficará entregue à desordem, o que é inaceitável. Durante seis horas, numa movimentação que começou na Avenida Paulista, passou pelo centro - em especial pela Praça da Sé e o Parque Dom Pedro - e a ela voltou, os manifestantes interromperam a circulação, paralisaram vasta área da cidade e aterrorizaram a população.

O reconhecimento por parte de dirigentes do MPL de que perderam o controle das manifestações, assim como a diversidade dos grupos que o compõem - anarquistas, PSOL, PSTU e juventude do PT, que têm em comum o radicalismo -, não atenuam a sua responsabilidade pelo fogo que atearam.

A reação do governador Geraldo Alckmin e do prefeito Fernando Haddad - este apesar de algumas reticências - à fúria e ao comportamento irresponsável dos manifestantes indica que, finalmente, eles se dispõem a endurecer o jogo. A atitude excessivamente moderada do governador já cansava a população. Não importa se ele estava convencido de que a moderação era a atitude mais adequada, ou se, por cálculo político, evitou parecer truculento. O fato é que a população quer o fim da baderna - e isso depende do rigor das autoridades.⁹

As posições expressas nestes editoriais de dois grandes veículos da mídia corporativa atestam claramente como recebiam o crescimento das mobilizações, ainda antes de sua disseminação em âmbito nacional. O discurso criminalizador e anticomunista, de defesa da ordem e da “liberação do trânsito” a qualquer custo ao mesmo tempo em que deixava claro o posicionamento político destes jornais, expressava naquele momento a aposta (compartilhada pelos governos municipal e estadual e pela burguesia paulistana) de que seria possível derrotar as mobilizações através da intensificação da repressão e da deslegitimação dos protestos. No entanto, para surpresa destes setores, e a despeito da violenta campanha midiática visando sua deslegitimação, os protestos de 14 de junho reuniram um número de manifestantes muito superior ao das mobilizações anteriores. Mas a grande mudança foi o desencadeamento de uma repressão extremamente violenta, atendendo aos apelos expressos nos editoriais dos grandes jornais paulistanos. A operação policial visando a “liberação do trânsito” produziu grande número de feridos, e as tentativas de responsabilizar os manifestantes pela “violência” foram rapidamente desmentidas e desmoralizadas através de vídeos divulgados nas redes sociais. Em especial o grave ferimento no olho de uma jornalista da *Folha de São Paulo* (o mesmo jornal que exigia repressão implacável), resultante de um tiro de bala de

borracha, produziu forte impacto,¹⁰ em uma situação em que tornava-se impossível que a Polícia Militar repetisse a habitual responsabilização das vítimas pela violência sofrida.¹¹ Rapidamente as versões midiáticas que responsabilizavam os manifestantes pela violência perderam credibilidade e difundiram-se informações acerca da selvagem repressão policial. Alguns vídeos divulgados tornaram-se muito conhecidos, como um que mostra um policial militar destruindo a sua própria viatura, de o objetivo de responsabilizar os manifestantes; e outro que mostra o lançamento de bombas de gás lacrimogêneo em direção a um apartamento no 7º andar de um prédio, em represália contra a filmagem da ação policial.

Ficava evidente então que naquele momento apenas a repressão policial e o apoio midiático seriam insuficientes para neutralizar as mobilizações. Sob o impacto da rejeição popular à repressão violenta, a partir do dia 15 de junho repentinamente os principais veículos de comunicação adotaram uma estratégia inteiramente distinta, conforme discutiremos a seguir.

Da repressão ao “apoio”: a mídia e as manifestações

A aposta na repressão foi claramente desastrosa e o repúdio à violência policial fortaleceu as manifestações e de imediato determinou a expectativa em torno da realização de uma nova mobilização ainda mais massiva nos dias seguintes. Evidenciava-se assim o fracasso da alternativa “preferencial” propugnada nos editoriais dos dois principais jornais paulistanos, que pretendia derrotar as manifestações através da desqualificação e da repressão policial, sem abrir negociação nem reconhecer os manifestantes como interlocutores. Então, rapidamente, os principais veículos de comunicação passaram a manifestar “apoio” às manifestações, como se não tivessem condenado e criminalizado até à

véspera, e ao mesmo tempo sugeriam moderação e aconselhavam a que os “radicais” não fossem ouvidos e que novos pontos de pauta fossem assumidos. A adoção desta nova estratégia, foi especialmente repentina no discurso disseminado pela Rede Globo de Televisão.¹² Esta mudança parece para muitos surpreendente pelo fato de que até o dia 13/6, a Rede Globo insistia em seu tradicional e conhecido discurso antipopular, diabolizador dos movimentos sociais e justificador da repressão. E, mais do que isto, procurou justificar e ocultar a violência policial até o momento em que isto tornou-se totalmente impossível ou contraproducente. A opção inicial se expressava na defesa de uma repressão implacável, isto é, a reivindicação de que fosse utilizada toda a força necessária para esmagar as mobilizações. Assim, na cobertura das primeiras manifestações, o termo “vândalo” era onipresente, um mantra usado para desqualificar sem maiores discussões o conjunto dos manifestantes e o propósito das manifestações. Por exemplo, em torno das 22h do dia 14 de junho quando pelas redes sociais já se divulgava a existência de dezenas de feridos, a emissora noticiou a “confirmação oficial” de que não existia nenhum manifestante ferido, citando como fonte a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

A repressão foi efetivamente brutal, conforme tinham reivindicado os jornais paulistanos e a Rede Globo, mas algo deu errado, e não foi apenas o fato de inúmeros jornalistas terem sido atingidos, desmentindo o desgastado discurso de que todos foram feridos “porque provocaram”. Sobretudo, o que deu errado foi a própria realização da manifestação, graças à firme e competente condução do bloco de forças que convocou as manifestações – liderados pelo Movimento Passe Livre e com apoio de partidos de esquerda, movimentos populares e entidades estudantis. As ameaças e o uso generalizado da força não foram suficientes para impedir que muitos milhares se reunissem e reafirmassem sua disposição de luta. A partir de certo momento, ainda na quinta-feira, a cobertura

televisiva tornou-se confusa e caótica. Nitidamente os locutores narravam uma realidade e as imagens mostravam outra completamente distinta – até porque àquela altura não havia como captar qualquer imagem que não fosse de repressão e violência policial. O último suspiro da estratégia de repressão integral e a qualquer custo deu-se no final da noite, no Jornal da Globo, quando o jornalista Arnaldo Jabor proferiu agressivo discurso contra as manifestações e desqualificou os Movimento Passe Livre, sustentando que “ali não existiam pobres” e comparando-o à organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).¹³ Mas então já era tarde, pois a despeito da repressão, a manifestação realizou-se exitosamente, demonstrando o completo desastre da estratégia repressiva. Já era possível perceber que a radicalização repressiva gerava efeitos contrários, como fermento para o crescimento das manifestações.

Ainda na quinta-feira à noite, várias informações e vídeos colocavam a nu a grosseira manipulação da grande imprensa. Ao contrário do que tinha sido dito, verificava-se que a repressão produziu muitos feridos; que as liberdades democráticas foram completamente atropeladas, sendo simbólico o episódio do jornalista da revista Carta Capital preso por “porte de vinagre”;¹⁴ que a repressão foi indiscriminada e não se restringiu à “contenção dos vândalos”, mas ao contrário tentou impedir a realização da manifestação. Muitos vídeos circularam nas redes sociais, documentando a amplitude da repressão policial. A situação estava decididamente fora de controle para a grande imprensa e tornava-se imperativo construir um novo discurso para retomar a iniciativa.

Ainda assim, mudar a linha editorial foi algo doloroso. No sábado, havia uma expectativa em torno da capa da revista semanal *Veja*, famosa pela sua costumaz criminalização dos movimentos sociais.¹⁵ Surpreendentemente, a capa da revista não condenava explicitamente as manifestações. Ao contrário, manifestava-se simpática e tentava, de forma bastante evidente, sugerir que o movimento assumisse as suas

pautas, como indica sua manchete principal: “A Revolta dos Jovens: depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade”. Parecia sonhar que, após reduzir o preço das passagens, os manifestantes passassem a lutar também para reduzir a maioria penal, uma antiga reivindicação dos grupos mais conservadores. Uma perspectiva evidentemente estranha à grande maioria dos manifestantes.

No domingo a nova linha foi inteiramente assumida pela Rede Globo e seus veículos, sendo muito simbólica a “auto-crítica” de Arnaldo Jabor.¹⁶ O radical inimigo da antevéspera agora passava amigavelmente a aconselhar os manifestantes e indicar-lhes quais deveriam ser os próximos passos das mobilizações – e o principal deles deveria ser a “luta anti-corrupção”. À orientação de Jabor somaram-se as estranhas fotografias dos artistas das novelas da Rede Globo, “protestando” contra a violência maquiados de olho roxo. Engendrava-se na mídia um novo discurso de “apoio” ao movimento: omitindo inteiramente a sua própria caracterização de dois dias atrás acerca dos protestos, e a partir de então a imprensa corporativa e em particular a Rede Globo passavam a apresentá-los como pacíficos, ordeiros e apartidários.

A cobertura do canal a cabo Globo News na segunda-feira tinha um toque de surrealismo. Nitidamente algo parecia estar fora de lugar. Ainda que em várias tomadas transmitidas ao vivo pudessem ser escutadas ao fundo palavras de ordem contra a própria Rede Globo, o tom editorial era de apoio explícito e entusiasmado, com a apresentadora Leilane Neubarth dizendo-se a todo momento “emocionada” por ver as ruas tomadas de manifestantes. O novo discurso da emissora produziu certa desorientação, mas não demorou para que ficassem claras suas intenções: a emissora procurava por lideranças que garantissem a “ordem” e a “disciplina” dos protestos, que mantivessem afastados os partidos políticos de esquerda e sobretudo que colaborassem em sua

estratégia de converter as manifestações populares em uma grande festa. Um jovem manifestante de nome Jimmy, suposta liderança do movimento em Brasília, era apresentado como “autêntica liderança” do movimento. Na narrativa da Globo News, ele seria um jovem com grande capacidade negociadora e espírito de liderança, que teria atuado conjuntamente com os policiais para convencer supostos punks que se banhavam no espelho d’água do Congresso Nacional a saírem ordeiramente. Em nova tomada, dois minutos depois, verificava-se que o espelho d’água estava novamente tomado, mas para a mitologia da “liderança bem comportada” não se destruísse, o que aparecia nas imagens não era mencionado pelos comentaristas. A Globo “apoiadora dos movimentos” mostrava-se ainda um tanto desajeitada, mas havia uma ênfase clara: os partidos (de esquerda) devem ser afastados, “a manifestação é do povo”, “não deve ter a presença de partidos”.

Se a tentativa de despolitizar e esvaziar o conteúdo social das manifestações é nítida, há um ponto que merece uma análise mais cuidadosa: a tentativa de instrumentalização dos protestos por movimentos de extrema-direita. Nas redes sociais, as tentativas de apropriação dos movimentos para finalidades as mais estranhas e diversas à sua lógica são inúmeras, indo desde a defesa do impeachment da presidente da República (uma proposta que era apresentada descolada de qualquer transformação mais profunda, reduzindo o problema exclusivamente ao PT e à corrupção, que supostamente teria iniciado apenas nos governo comandados por este partido) até a defesa explícita de um Golpe Militar.¹⁷ É fundamental registrar, no entanto, que este movimento não contou com a participação da Rede Globo. Ao contrário, a emissora cuidadosamente buscou preservar o governo de Dilma Roussef das críticas mais violentas. Em especial as críticas aos enormes gastos com as obras da Copa do Mundo e à corrupção relacionada à estas obras tinham grande destaque nas manifestações, mas

não tinham ressonância na cobertura televisiva, até então marcada pelo discurso ufanista sintetizado no slogan “imagina na Copa”. As manifestações que ocorreram em cidades que sediavam jogos da Copa das Confederações enfrentaram uma repressão policial especialmente dura, mas justamente nestes casos desaparecia qualquer “simpatia” ou “apoio” aos manifestantes. Para a emissora, tratava-se de defender o “avanço modernizador” que representaria a construção de inúmeras “arenas” futebolísticas. A preocupação com a Copa do Mundo e seus milionários negócios parece ter sido decisiva para a opção por não contribuir para qualquer situação de instabilidade, preferindo-se portanto preservar o governo Dilma de críticas mais veementes. Para a Globo, não interessa criticar o governo petista, mas sim convencer de que os protestos não tem nada a ver com a Copa do Mundo. A realização da Copa do Mundo aparece como o grande negócio e a grande preocupação, buscando-se preservá-la de quaisquer críticas, investigações e turbulências. E para tal o governo Dilma e o truculento Ministro dos Esportes Aldo Rebelo são aliados fundamentais, mesmo pertencendo, respectivamente ao PT e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que em tempos passados tinham se colocado em oposição aos interesses da grande mídia. Um exemplo muito claro foi o programa Globo Repórter do dia 21 de junho – no auge das manifestações – que encerrou-se com um compacto de quatro minutos do pronunciamento da presidenta Dilma Roussef – no qual defendeu a distinção entre manifestantes pacíficos e “arruaceiros” em termos muito semelhantes à construção discursiva da Rede Globo, reivindicando “o primado da lei e da ordem”: “O governo e a sociedade não podem aceitar que uma minoria violenta e autoritária destruam o patrimônio público e privado, ataque templos, incendeie carros, apedreje ônibus e tente levar o caos aos nossos principais centros urbanos”.¹⁸ A edição sublinha e reforça a mensagem

presidencial, colocada como fechamento do programa e seguida apenas do Hino Nacional brasileiro.

Entre 13 e 17 de junho as manifestações generalizaram-se para a maior parte das cidades brasileiras, fossem de grande, médio ou pequeno porte, reunindo alguns milhões de manifestantes, com pautas muito diversificadas e inúmeras reivindicações. A despeito das sugestões em torno de uma “pauta anti-corrupção”, e também dos conflitos gerados em torno da presença ou proibição da participação dos partidos políticos, o elemento em comum da grande maioria das manifestações foi a defesa da ampliação dos direitos sociais, expandindo a pauta inicial do barateamento ou gratuidade do transporte público para reivindicações em torno do acesso à saúde, educação, moradia e direitos sociais.

Diversas pesquisas (Ibope, Datafolha, Unicamp), embora concentradas nas manifestações de São Paulo, convergem fortemente para a indicação de que entre 70% e 80% dos manifestantes era constituída de trabalhadores (parte deles simultaneamente estudantes e trabalhadores), em sua imensa maioria jovens. A faixa de renda familiar é insuficiente para um enquadramento de classe, mas permite uma aproximação relativa ao perfil social. Neste critério, em torno da metade dos manifestantes tem renda familiar inferior a cinco salários mínimos – a maior parte deles tendo renda familiar inferior a três salários mínimos. Foram, é certo, manifestações heterogêneas e de caráter pluriclassista, mas majoritariamente constituídas por jovens trabalhadores – dos quais aproximadamente a metade nunca antes tinha participado de qualquer manifestação. Estas pesquisas apontam também que a luta por direitos sociais (transporte público, saúde e educação) foi a motivação principal para a grande maioria dos manifestantes, ainda que também a “luta contra a corrupção” fosse mencionada por parcela expressiva.

O caráter espontâneo de grande parte das manifestações, sua composição pluriclassista e a amplitude e diversidade das reivindicações

eram evidentes. Para a Rede Globo, o principal desafio era separar os “bons” manifestantes (apartidários e menos politizados) dos “radicais” (militantes vinculados à oposição de esquerda, anarquistas, jovens de periferia). Quando no final da noite do dia 17 de junho ocorreram atos de “deprecação” em várias cidades, a cobertura do canal a cabo Globo News produziu uma interpretação inteiramente distinta da que fizera quatro dias antes, quando a emissora responsabilizava genericamente o conjunto dos manifestantes por todas as violências e prejuízos. Agora, mesmo contando com imagens que mostravam a tentativa de invasão da prefeitura de São Paulo e da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, estes atos eram apresentados como sendo de responsabilidade de pessoas estranhas ao movimento, como tendo sido produzidos por “marginais” e/ou “radicais” que estariam “infiltrados” na manifestação. Os atos “violentos” eram assim colocados em oposição ao movimento, o qual era apresentado como “patriótico”, harmônico, disciplinado pacífico e, sobretudo, apartidário. A grande imprensa insistia de forma sistemática nesse “caráter apartidário” dos protestos, e a todo momento “noticiava” que militantes de partidos eram vaiados, hostilizados e expulsos das manifestações – como que a sugerir que tais atos se repetissem em todas as manifestações.

A disseminação do “apartidarismo” é claramente fabricada pela mídia corporativa, ainda que esta disseminação encontre terreno fértil na pouca experiência política da maior parte dos manifestantes e na fragilidade e contradições dos partidos de esquerda que eram alvo deste discurso. A crítica à instrumentalização dos movimentos sociais por parte dos partidos políticos era já presente para organizações atuantes nas manifestações, mas sob perspectiva bastante diversa. Por exemplo, ser “apartidário”, para o Movimento Passe Livre, significa manter sua autonomia e não estar subordinado a nenhum partido político, mas não

implica em recusar seu apoio, muito menos em impedir que seus militantes participem da manifestação portando suas faixas e bandeiras.

O Movimento Passe Livre é, dentro da sua Carta de Princípios, um movimento que propõe uma transformação radical igualitária da sociedade. (...) O Movimento Passe Livre tem sempre uma postura de tentar permitir que todas estas forças que estão unidas para revogar o aumento da tarifa possam se portar conjuntamente na manifestação. Então a gente não incentiva atitudes de fazer com que os partidos baixem as bandeiras, da mesma forma que a gente não incentiva que os partidos fiquem todos com as bandeiras na frente do ato, tentando tomar o ato. A gente sempre se preocupa muito com isto, até com uma estética do movimento, de que fique bem claro que a manifestação é contra o aumento da tarifa, que a gente tenha uma faixa no início que indique exatamente o que é esta manifestação.¹⁹

A ampla disseminação do discurso antipartidário provavelmente tenha sido o principal êxito da estratégia midiática para o controle e contenção das manifestações. No entanto, isto não autoriza a avaliação de que a mídia tenha conseguido controlar inteiramente as manifestações, nem que tenha conseguido impor sua pauta. Ao contrário, os protestos expressaram, na imensa maioria das manifestações, sobretudo o profundo incômodo com a degradação das condições de vida e a reivindicação urgente por maiores investimentos em saúde e educação e pela ampliação dos direitos sociais básicos, aliados a um sentimento de repulsa à política institucional burocratizada e esvaziada de participação popular, em termos que lembram o *Que se vayan todos* argentino de 2001. A maior prova disto é o fracasso das diversas tentativas das forças políticas dominantes – petistas e tucanos em controlar e instrumentalizar as manifestações, o que justifica uma discussão mais cuidadosa.

A oposição de direita e os governistas frente às manifestações

No quadro da política institucional, as manifestações geraram reações distintas. Para o PSDB, derrotado nas últimas três eleições presidenciais, as manifestações de junho foram recebidas como alternativa que possibilitaria desgastar politicamente o governo petista. De princípio, a dificuldade inicial era o comprometimento do governo do estado de São Paulo, comandado pelo partido, com a violenta repressão policial. Ainda assim, o discurso midiático que pretendia mudar o foco das manifestações para uma “luta anti-corrupção” parecia-lhes extremamente útil para enfraquecer o governo petista, especialmente se fosse possível circunscrever o discurso anti-corrupção à crítica ao “mensalão petista”. Ao mesmo tempo, diversos grupos de direita e extrema-direita (incluindo-se neonazistas e integralistas) passavam a intervir nas manifestações, com faixas que pediam a deposição da presidente Dilma Roussef e reivindicavam abertamente um golpe militar. Com esta perspectiva, por diversas vezes grupos de extrema-direita tentaram articular através das redes sociais manifestações que se pretendiam massivas, mas que fracassaram rotundamente. A revista *Veja* deu grande destaque em suas páginas iniciais para um jovem que foi anunciado como “A voz que emergiu das ruas” e que estava à frente de um movimento até então inteiramente desconhecido – A União Contra a Corrupção.²⁰ O texto de apresentação da entrevista afirmava: “O jovem que reuniu milhares de pessoas em manifestações no Rio abomina a corrupção, não confia em partidos, exige melhores serviços e diz que não vai deixar de protestar”.²¹ Aparentemente fortalecido pelo destaque que recebeu da revista brasileira de maior tiragem (em torno de um milhão de exemplares), Maycon Freitas convocou uma mobilização, em conjunto com pequenos grupos de extrema-direita, denominada “Marcha das Famílias Contra o Comunismo”. Seu fracasso foi extraordinário,

reunindo menos de 30 manifestantes no Rio de Janeiro.²² Freitas segue denunciando a “comunização do Brasil”, através de um anticomunismo primário típico da Guerra Fria: “Chega de ditadura vermelha, amigo. Eles (o PT e o governo Dilma) querem implantar o comunismo bolivariano, cubano e venezuelano aqui a todo custo”.²³ Ainda assim, o completo fracasso da manifestação liderada por ele rapidamente o devolveu ao ostracismo.

Outra iniciativa que teve grande repercussão nas redes sociais e inexpressivos efeitos na realidade concreta foi a “Greve Geral” convocada para o dia 1º de julho, cujo objetivo era parar o país sem recorrer aos sindicatos e centrais sindicais. Embora a greve tenha obtido a adesão de vários milhões de apoiadores no Facebook, não se tem notícia de nenhuma categoria de trabalhadores que tenha paralisado naquele dia. Outra tentativa fracassada foi a “Operação Sete de Setembro”, que seguindo o mesmo roteiro (discurso anti-partidário, denúncia contra a corrupção e exploração do nacionalismo) convocou manifestações em mais de 160 cidades do país para o dia 7 de setembro (dia da Independência do Brasil). Mais uma vez, a despeito das inúmeras confirmações virtuais, a Operação Sete de Setembro sucumbiu e os principais protestos ocorridos neste dia foram os convocados por partidos e organizações de esquerda (como o “Grito dos Excluídos”, que há vários anos é realizado neste dia).

A irrisória capacidade mobilizadora da direita e da extrema-direita determina sua incapacidade em realizar manifestações massivas, mas ainda assim sua ampla visibilidade nas redes sociais impulsiona uma campanha dos defensores do governo petista, que sistematicamente denunciam que o movimento de protesto foi “sequestrado pela direita” e que o governo Dilma teria que ser defendido por todas as forças de esquerda em oposição aos “golpistas de direita”. A hipótese de que haveria um golpe militar em curso – sem qualquer indício concreto para

além de proclamações vazias de radicais de direita – amparava um discurso apaziguador e desmobilizador por parte dos intelectuais e dirigentes petistas, que superestimavam a capacidade de organização dos grupos de direita e seu peso no interior das manifestações, tentando responsabilizar os sindicatos e partidos de esquerda que apoiam as manifestações por supostamente “fortalecer a direita”. Da parte da presidência da República, não se cogitou qualquer modificação efetiva da política econômica e a principal reação foi tentar impor uma pauta totalmente estranha ao movimento, através da proposta de realização de um Plebiscito em torno de uma Reforma Política, proposta logo abandonada e que não teve grande impacto. Em termos de política econômica, a reafirmação da ortodoxia monetarista e a realização do leilão do Campo de Libra encerraram qualquer expectativa de que as manifestações impulsionassem um rumo distinto ao governo petista.

A oposição de esquerda e o sindicalismo classista frente às manifestações

A forte disseminação do discurso antipartidário e o elogio midiático do caráter “espontâneo” das manifestações preocuparam as organizações de esquerda, ainda que as manifestações expressassem um conteúdo social claramente contestador da ordem estabelecida e que pela primeira vez depois de muito tempo dava ampla ressonância à defesa de direitos sociais. Em diversas cidades, militantes de partidos integrantes da oposição de esquerda (PSTU, PSOL e PCB) foram expulsos das manifestações, e em algumas delas chegaram a receber agressões físicas e tiveram suas bandeiras queimadas.²⁴ O elogio da espontaneidade e das manifestações “do povo” implicavam também na desqualificação dos sindicatos e centrais sindicais.

Em resposta a esta situação, as centrais sindicais classistas e influenciadas pelos partidos de esquerda (CSP-Conlutas e Intersindical)

participaram da convocação de um “Dia Nacional de Lutas” ocorrido a 11 de julho. Embora sua pauta estivesse centrada na defesa dos direitos sociais, a forma como foi convocada e como se desenvolveu foi bastante contraditória. O Dia Nacional de Lutas foi convocado conjuntamente e com uma pauta única pelas centrais sindicais classistas, pelas governistas Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB, vinculada ao PCdoB) e pelas centrais sindicais tradicionalmente associadas ao sindicalismo de conciliação de classes (Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores, Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil e Central do Sindicatos Brasileiros).

A participação de centrais sindicais governistas determinou que grande parte dos trabalhadores identificasse o Dia Nacional de Lutas com a defesa do governo petista, restringindo as possibilidades de desenvolvimento de uma perspectiva classista. Por sua vez, a presença das velhas centrais sindicais associadas à corrupção e ao clientelismo apenas acentuou a despolitização e confusão no seio da classe trabalhadora, o que foi fartamente explorado pela grande mídia, com denúncias sobre a presença de “militantes” que foram pagos para participarem das manifestações (prática comum destas organizações). Tais contradições e deficiências determinaram o que o historiador Mário Maestri qualificou como um “fiasco histórico”.²⁵

Apesar dos resultados decepcionantes do 11 de julho, a oposição de esquerda voltou a realizar manifestações em conjunto com defensores do governo petista, acentuando a confusão e despolitização, e as centrais classistas voltaram a convocar uma “dia de paralisação nacional”, “convocado pela articulação entre as principais centrais sindicais do país (CSP-Conlutas, CUT, Força Sindical, UGT, NCST, CTB, CSB, CGTB)”.²⁶ Novamente os resultados foram pífios e a oposição de esquerda viu-se enredada na contraditória situação de estar nas ruas

denunciando os efeitos do governo neoliberal lado a lado com os sindicalistas que sustentam este governo e suas políticas, e também com representantes do “sindicalismo de resultados”, voltado à conciliação de classes.

Considerações Finais: um cenário em aberto

A partir do início de julho houve um relativo refluxo das manifestações, embora diversos protestos com menor participação venham se realizando quase diariamente. Destacam-se os protestos ocorridos no estado do Rio de Janeiro, tanto pelo maior número de manifestações e de manifestantes em comparação com outros estados como pela intensidade da repressão desencadeada pelo governo de Sérgio Cabral (PMDB, apoiado pelo PT e pela Rede Globo).

A criminalização do movimento de protesto envolve inúmeras iniciativas, passando pelo uso indiscriminado de bombas de gás lacrimogêneo (inclusive com a explosão de bombas dentro de hospitais onde eram socorridos manifestantes), a infiltração policial no interior do movimento, a realização de prisões arbitrárias em grande escala, e a tentativa de imposição de uma institucionalidade mais abertamente repressiva. Para tanto, Cabral encaminhou a constituição de uma “Comissão Especial de Investigação” para investigar “crimes de vandalismo”, sendo-lhe permitida a quebra de sigilo de telefone e internet sem autorização judicial prévia; fez aprovar pela Assembléia Legislativa a proibição da participação de manifestantes mascarados e solicitou a prisão dos administradores de páginas do Facebook que convocaram as manifestações. Embora parte destas ações seja claramente atentatória à liberdade de manifestação, tem grande apoio na grande mídia. O jornal *O Globo* chegou a propor a criação de um “Manifestódromo”, um lugar destinado à realização de manifestações

que ocorreriam sem atrapalhar o trânsito (e, portanto, sem serem socialmente percebidas!).²⁷ A ofensiva criminalizadora desencadeada no Rio de Janeiro articula três movimentos paralelos: mudanças na legislação que facilitem a repressão; reinterpretações restritivas de leis existentes; e atuação repressiva à margem da lei ou produzindo interpretações claramente forçadas, como as prisões arbitrárias de manifestantes.

É compreensível que estes conflitos estejam especialmente acirrados no Rio de Janeiro, cidade que será palco da final da Copa do Mundo de 2014 e que sediará as Olimpíadas de 2016, o Rio de Janeiro é assolado pela especulação imobiliária e vastos contingentes populacionais são violentamente deslocados em decorrências das obras. A articulação entre governo estadual, especulação imobiliária e conglomerados midiáticos é bastante explícita e provoca fortes reações populares. A imposição de uma institucionalidade autoritária e repressiva é demandada pelo empresariado, apoiada pela mídia e encaminhada pelo governo, com apoio ou cumplicidade do Poder Legislativo e Judiciário. Por sua vez, o repúdio popular a estas políticas é crescente e as manifestações demonstram ainda ter fôlego, em um contexto de criminalização crescente dos movimentos, determinando um cenário de conflitos e incertezas.

Em termos mais amplos é ainda difícil uma avaliação de conjunto do legado das *Jornadas de junho* e seu impacto a médio e longo prazo. De partida, é imprescindível considerar que embora as manifestações de junho não possam ser compreendidas sem referência às resistências sociais produzidas nos últimos vinte anos, não se deram como culminância de um movimento de uma continuada ascensão das lutas populares, mas ao contrário, ocorreram em um contexto em que as organizações de esquerda encontram-se fragilizadas (a despeito de eventuais discursos triunfalistas de alguns grupos) e a despolitização e o

individualismo tem grande força na juventude. Neste contexto, seria irrealista esperar que a emergência de grandes massas populares se desse de forma altamente politizada e com grande clareza de seus objetivos. Não foi o que se deu, e isto é compreensível. O recurso ao nacionalismo como grande instrumento de coesão e a ampla difusão do sentimento anti-partidário são os dois sintomas mais evidentes da presença de massas que passaram subitamente à ação política sem uma politização prévia. Isto não significa que estas mobilizações tenham então assumido um conteúdo conservador – como insistentemente tentaram difundir os porta-vozes do lulo-petismo -, apenas revela que a retomada das lutas de massas se deu na seqüência de um grande refluxo, sem uma educação política prévia que efetivamente construísse as bases de uma hegemonia de esquerda. Este refluxo, em grande medida, explica a forma ideologicamente confusa que assumiram as mobilizações e em particular o crescimento da influência dos grupos anarquistas e autonomistas. Reconhecer este contexto de refluxo não significa desqualificar as importantes lutas de resistência que se travaram nos últimos anos, mas sim identificar o sentido geral de uma hegemonia conservadora, enormemente reforçada pelo *transformismo* petista e pela inequívoca transformação de organizações que em sua gênese apresentavam-se como classistas (com seus limites e contradições), como a CUT, em explícitas defensoras da ordem do capital e da colaboração de classes. Então aí reside o grande limite das manifestações: sua pouca organicidade, seu caráter espontâneo e as contradições e inconsistências que resultam disto. O aspecto positivo mais perceptível é a própria retomada das grandes lutas de massas, a quebra do discurso da passividade e dos supostos “grandes avanços sociais” dos governos petistas, muito além da conquista concreta e efetiva da reversão do aumento das passagens em São Paulo e diversas outras cidades.

A dimensão dos protestos indica uma mudança importante na conjuntura política. Antes de mais nada, por deslocar a política dos canais institucionais restritos e viciados para as ruas, e por deslocar o foco dos temas preferidos pela direita política e social (redução da maioria, segurança pública, redução de impostos, inflação) para uma pauta política claramente orientada pela reivindicação e defesa dos direitos sociais, com ênfase no transporte coletivo, saúde e educação. O êxito deste movimento contribuiu para superar a bipolarização que parecia consolidar-se em torno dos dois principais grupos da política burguesa (PT e PSDB). Foi nítida a tentativa de ambos os grupos de instrumentalizar as mobilizações, apoiando seletivamente reivindicações que se colocavam contra governos dos grupos oponentes, e ao mesmo tempo em deslegitimar aquelas manifestações que confrontavam seus governos e suas políticas. Em especial o governismo petista acenou com o fantasma da “ameaça de Golpe” e do crescimento da extrema-direita como forma de chantagem para que a oposição de esquerda abandonasse as manifestações e resguardasse o governo Dilma. Claramente estas tentativas foram frustradas e, salvo em situações muito específicas, a grande maioria das mobilizações expressou claramente a recusa aos limites e condicionamentos da institucionalidade burguesa e suas formas como caminho único para conquistar seus direitos (através das eleições). A isca da “reforma política” não foi mordida e o eixo de defesa da ampliação/efetivação dos direitos sociais manteve-se. Da mesma forma, o esforço midiático em converter as mobilizações em mera “luta contra a corrupção” não foram bem sucedidas. Mesmo quando as mobilizações colocaram em primeiro plano a denúncia da corrupção o fizeram em situações muito concretas e pertinentes, preferindo a denúncia dos gastos exorbitantes com a Copa do Mundo e seus efeitos sociais do que a despolitizada crítica do *mensalão*. Mesmo em termos mais estritos da política institucional, a bipolarização PT/PSDB parece perder força,

abrindo-se um cenário eleitoral mais diversificado – ainda que, na falta de uma alternativa contra-hegemônica, este espaço aberto possa ser ocupado por alternativas candidaturas presidenciais que compartilham de pressupostos semelhantes. Sobretudo, perde força o processo de *americanização* da política brasileira, com a polarização em torno de duas forças políticas com um mesmo projeto econômico e diferenças meramente cosméticas. Se isto abre uma nova etapa na luta de classes no Brasil, ainda é cedo para afirmar, e muito provavelmente no contexto da Copa do Mundo teremos novos elementos para avaliação.

Finalmente, cabe uma menção à dimensão internacional das manifestações, no contexto da crise geral do capitalismo, da sistemática redução dos direitos sociais e reconfiguração restritiva das democracias. Com o agravamento e generalização da crise capitalista há simultaneamente um ataque a direitos sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora (sobretudo na Europa) e uma reconfiguração da democracia liberal que acentua ainda mais seus aspectos repressivos. Isto é facilmente verificado em países como Espanha, Portugal e Itália – e de forma particularmente dramática na Grécia. A juventude é especialmente atingida por este processo e se insurge politicamente contra a falta de perspectiva, as condições de trabalho e a redução dos direitos sociais, questionando ao mesmo tempo os limites e contradições das democracias liberais. Movimentos como o dos *indignados* da Espanha, com forte influência autonomista, mobilizam-se por uma *democracia real* e em defesa dos direitos sociais, ainda que sem uma plataforma afirmativa e clara nem uma organização efetiva que lhes permita ameaçar o poder constituído. Ainda que no Brasil os efeitos da crise apareçam momentaneamente mitigados (em parte por haver muito menos direitos sociais historicamente conquistados a serem atacados e em parte pela vigência de uma política assistencialista focalizada com efetivo impacto), é inquestionável a existência de uma juventude

trabalhadora subjugada, vítima constante da violência policial e sem grandes perspectivas. Dramas cotidianos sem qualquer visibilidade no discurso midiático ou no debate político institucional, como a violência policial, os ônibus lotados e a falta de atendimento de saúde produzem uma situação de alto potencial explosivo, ainda que a anestesia do conformismo e do individualismo através do condicionamento midiático, em situações *normais*, mantenham esta insatisfação sob controle. Isto explica a forma rápida e avassaladora com que as manifestações cresceram e tomaram força e radicalidade a partir do momento em que lograram trazer para o espaço público demandas, frustrações e revoltas que se mantinham soterradas pelo discurso público midiático.

Notas

* Pós-doutorado em História pela Universidade do Porto. Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: gilbertocalil@uol.com.br

¹ A pequena política é definida por Antonio Gramsci como sendo a “política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas”, que não coloca em questão as estruturas orgânicas econômico-sociais: “A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre asdiversas frações de uma mesma classe política.” GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, volume 3*. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 21.

² Ver a respeito: SAES, Décio. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2001; BIANCHI, Álvaro (org.). *A crise brasileira e o governo FHC*. São Paulo: Xamã, 1997; RAMPINELLI, Waldir José e OURIQUES, Nildo Domingos. *No fio da navalha: críticas das reformas neoliberais de FHC*. 2ª ed. São Paulo, Xamã, 1997; e NEVES, Lucia Maria Wanderley. (Org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo, Xamã, 2005.

³ Ver COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã / Feira de Santana: UEFS; 2013.

⁴ Ver PAULANI, Leda. *Brasil Delibery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008; PETRAS, James. *Brasil e Lula ano zero*.

Blumenau: Furb, 2005; e o Dossiê Brasil: Novos ventos na economia? in: revista *Contra a Corrente*. Brasília, Ano 4, n.º 8, 2012.

⁵ Política que vem sendo reafirmada mesmo após os protestos, como se verifica no discurso proferido no feriado comemorativo à Independência do Brasil, em 7.7.2013: “*Ainda este mês, vamos fazer novos leilões de portos, aeroportos, ferrovias e rodovias. Esses leilões vão injetar bilhões e bilhões na economia, gerando centenas de milhares de empregos.*” <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/09/dilma-diz-que-inflacao-esta-em-queda-e-vai-fechar-ano-dentro-da-meta.html>, consultado em 7.7.2013. A efetivação do leilão do Campo de Libra, configurando a maior privatização da história do país em termos do montante dos recursos alienados e efetivada sob fortíssimo esquema repressivo, configura clara reafirmação das políticas neoliberais.

⁶ <http://saopaulo.mpl.org.br>

⁷ Retomar a Paulista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13.6.2013, p. 2.

⁸ *Idem*.

⁹ Chegou a Hora do Basta. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 13.6.2013, p. 2.

¹⁰ Ainda que o ferimento na jornalista da *Folha de São Paulo* tenha sido o ato de violência mais divulgado da repressão policial de 14 de junho, não foi o caso mais grave daquele dia, tendo em vista que o fotógrafo Sérgio Silva, da agência Futura Press perdeu definitivamente a visão de um olho em decorrência do ferimento provocado por bala de borracha disparada pela polícia militar.

¹¹ O caráter militarizado das polícias é certamente um fator que precisa ser considerado na análise das jornadas de junho, seja para compreender a forma intensa e concentrada de imposição da repressão, seja pela ressonância da demanda democrática da desmilitarização das polícias militares, especialmente sensível às regiões periféricas que cotidianamente sofrem a violência policial militar. No caso específico dos protestos pela anulação do reajuste das passagens, o fato de que o reajuste tinha sido imposto pelo governo municipal (comandado pelo Partido dos Trabalhadores) e a Polícia Militar estar sob o comando do governo estadual (comandado pelo Partido da Social Democracia Brasileira) produziu uma conjunção de interesses entre PT e PSDB em defesa da repressão policial.

¹² Mencionamos aqui em especial a Rede Globo, mas vale destacar que semelhante mudança de discurso ocorreu também em outras emissoras de televisão. Para uma análise sobre a mídia que menciona também outros veículos (SBT e Record), ver <http://praticaradical.blogspot.com.br/2013/06/tecnicas-para-fabricacao-de-um-novo.html>.

¹³ <http://www.youtube.com/watch?v=luLzhtSYWC4>

¹⁴ O vinagre ameniza os efeitos do gás lacrimogêneo. Nas manifestações de junho, a polícia militar, sem qualquer base legal, proibiu o porte de vinagre e prendeu os manifestantes que o tinham consigo.

¹⁵ Ver a respeito SILVA, Carla Luciana. *Veja: o indispensável partido neoliberal*. Cascavel. Edunioeste, 2010; SILVA, Carla Luciana. A retórica do não há alternativas como face da luta de classes: a revista *Veja* nos anos 1990. In: *Lutas e Resistências*, Londrina, v. 2, p. 37-48, 2007.

¹⁶ http://www.youtube.com/watch?v=o-Xv9QYG_YU

¹⁷ <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=490757314340235&set=a.307910059291629.73914.298023230280312&type=1&theater>

¹⁸ http://www.youtube.com/watch?v=oJlUW9nqk_-A

¹⁹ Programa Roda Viva. Entrevista com os militantes do Movimento Passe Livre Lucas Monteiro de Oliveira e Nina Cappello. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=IHol4C50YdA> O trecho citado é parte da resposta de Nina Cappello a uma pergunta que abordava um episódio de hostilização de militantes de partidos de esquerda por parte dos integrantes de uma manifestação.

²⁰ A Voz que emergiu das ruas. *Veja*, São Paulo, 7.7.2013. pp. 3-6.

²¹ *Idem*, p. 3.

²² <https://www.facebook.com/bianca.liguori/posts/4499483904167>

²³ <http://br.noticias.yahoo.com/blogs/jornalismo-wando/entrevista-com-o-muso-revolucion%C3%A1rio-da-veja-151242433.html>

²⁴ Estas agressões não podem ser consideradas espontâneas, não apenas por terem sido estimuladas pela mídia corporativa, mas especialmente porque pela participação direta de organizações de extrema-direita nas agressões, notadamente na cidade de São Paulo.

²⁵ <http://www.diarioliberalidade.org/opiniom/opiniom-propia/40497-por-que-fracassou-a-greve-geral.html>

²⁶ <http://cspconlutas.org.br/2013/09/trabalhadores-param-as-atividades-em-diversos-estados-e-categorias-acesse/>

²⁷ <http://oglobo.globo.com/rio/manifestodromo-liberaria-vias-vitais-evitaria-caos-no-transito-9593073>

Data de envio: 15/06/2013

Data de aceite: 24/07/2013